

---

**GÊNERO E SEUS ATRAVESSAMENTOS NA SAÚDE MENTAL FEMININA:  
UMA REVISÃO DE LITERATURA**

Laura Guimaro dos Reis; Francielly de Lima Oliveira  
lauraguimarodosreis@gmail.com  
francielly.oliveira@fho.edu.br

*Centro Universitário Fundação Herminio Ometto – FHO|UNIARARAS*

**Introdução:**

A trajetória das mulheres é marcada por transformações sociais, pautadas pela luta por direitos políticos, sociais e reprodutivos. Apesar de avanços legais, o machismo estrutural persiste e restringe o acesso das mulheres às esferas pública e privada, confinando-as a papéis como mãe e esposa, enquanto os homens são historicamente privilegiados (Martins e Jesus, 2023).

Heleieth Saffioti (2015) aponta que quase metade das mulheres brasileiras já sofreu algum tipo de violência, sendo provável que o restante também tenha vivenciado violências não reconhecidas como tais. Dados do DataSenado (2024) mostram que 68% das mulheres conhecem alguém vítima de violência doméstica, evidenciando a persistência da subjugação feminina nas últimas décadas.

Nesse contexto, as estruturas patriarcais impactam diretamente o psiquismo feminino e a forma como a saúde mental é concebida, sobretudo quando somadas aos marcadores de raça e classe. Diante da predominância de abordagens reducionistas e biomédicas, esta pesquisa busca compreender o sofrimento psíquico das mulheres por uma perspectiva crítica e interseccional.

Além disso, pretende contribuir para uma produção científica que integre a noção de interseccionalidade às análises sobre saúde mental feminina, oferecendo à Psicologia uma base mais ampla frente à realidade social das mulheres.

**Objetivos:**

Objetivo geral

- Identificar como o gênero influencia a saúde mental das mulheres.

Objetivos específicos

- Analisar os impactos das construções sociais de gênero na saúde mental feminina, considerando o papel do patriarcado, das normas de gênero e dos marcadores sociais;
- Explorar como as construções culturais e sociais moldam a percepção do sofrimento feminino;
- Investigar como o gênero afeta a experiência de adoecimento das mulheres.

### **Método:**

Aprovada pelo CEP (parecer nº 258/2023), trata-se de uma pesquisa bibliográfica qualitativa em formato de revisão sistemática. Foram utilizados os bancos CAPES e SciELO, com os descritores: “gênero”; “saúde mental”; “psicologia” e “mulheres”, combinados via operador AND.

A busca foi realizada em abril de 2024, com filtros de idioma português e período 2013 a 2023, resultando em 86 artigos. Após critérios de inclusão, 11 foram selecionados para análise.

### **Resultados e Discussão:**

Foram coletados e analisados onze artigos (Barreto, Dimenstein, Leite, 2013; Barbosa, Dimenstein, Leite, 2014; Langaro, Pretto, 2015; Meinhardt, Maia, 2015; Zanello, Fiuza, Costa, 2015; Medeiros, Zanello, 2018; Medrado, Jesus, 2018; Zancan, Habigzang, 2018; Kantorski et al., 2020; Franco et al., 2021; Santos, Dias, 2022). A partir das temáticas estudadas e leituras dos artigos realizadas, foram elencados três tópicos de análise, sendo:

### **Violência, desigualdade de gênero e patologização dos corpos femininos como produtores de adoecimento psicológico**

Medeiros e Zanello (2018) destacam que, embora as mulheres representem a maioria da população, políticas públicas ignoram a violência como fator de adoecimento psíquico. Essa invisibilização contribui para a normalização da violência na vida das mulheres.

De acordo com Saffioti (2015), há normalização da violência, também evidenciada por Barreto, Dimenstein e Leite (2013), que apontam a negligência de profissionais da saúde frente às violências sofridas. Meinhardt e Maia (2015) discorrem que até a década de 1990, o Código Penal de 1940 justificava assassinatos de mulheres como "legítima defesa da honra". A

impunidade evidencia como o patriarcado molda as práticas institucionais e legais, legitimando a subjugação das mulheres.

Zancan e Habigzang (2018) e outros autores denunciam o uso excessivo de psicofármacos, prescrição comum frente ao sofrimento, que silencia sintomas e ignora a complexidade dos aspectos sociais. Andrade (2014) aponta que as mulheres lideram o consumo desses medicamentos. Assim, a medicalização do sofrimento feminino atua como forma de controle social.

Essa perspectiva demonstra que o sofrimento psíquico das mulheres não é apenas biológico, mas socialmente construído, reforçado por normas de gênero e práticas que controlam o corpo e a sexualidade feminina.

### **O paradoxo da maternidade: realização e sofrimento**

Zanello (2018) analisa criticamente o papel da maternidade na constituição subjetiva feminina, por meio dos conceitos de maternidade compulsória, dispositivo amoroso e dispositivo materno. A identidade das mulheres é socialmente condicionada a partir da valorização pelo amor e pelo cuidado de homens em um contexto de heteronormatividade.

Zanello, Fiuza e Costa (2015) observam que, enquanto os homens são reconhecidos por sua sexualidade ativa e papel de provedor, as mulheres são valorizadas por atributos como beleza e docilidade. Kantorski et al. (2020) apontam que esses valores se refletem também em como homens e mulheres são escutados nos serviços de saúde.

Dessa forma, a análise de como a maternidade está ligada ao sofrimento psicológico das mulheres também está presente na crítica ao instinto materno e na ideia de que a maternidade é uma construção histórica, não uma condição natural. Essa expectativa social cria um paradoxo na experiência da maternidade: ela é vista como a maior realização de uma mulher, mas também como a fonte de maior sofrimento, à medida que exige que a mulher se anule para cuidar dos filhos.

### **(Re) pensando através da interseccionalidade: gênero, raça e classe no processo de saúde**

Apenas Santos e Dias (2022) e Medrado e Jesus (2018) abordam o impacto do racismo na saúde mental feminina e na constituição do eu, revelando uma lacuna importante nas pesquisas da área, que em sua maioria desconsideram a relevância de se pensar o racismo nesse

processo. Esse silenciamento é reflexo de uma epistemologia que ainda insiste em universalizar a experiência feminina, apagando marcadores de raça e classe. Zancan e Habigzang (2018) tendem a ignorar essas especificidades nas análises sobre violência conjugal, tratando a mulher como uma categoria homogênea, o que invisibiliza as múltiplas formas de sofrimento experienciadas por mulheres negras e em vulnerabilidade social.

É nesse ponto que a teoria do nó, de Heleieth Saffioti (2015) torna-se fundamental. A autora propõe que gênero, raça e classe não podem ser entendidos como somas de identidades distintas, mas sim como um emaranhado, compreendido como um nó, formando um sistema interdependente de dominação. Esse nó, mesmo quando frouxo, se desdobra em camadas como geração, sexualidade e nacionalidade.

A autora traz a conexão direta entre patriarcado e capitalismo: o patriarcado antecede o capitalismo, mas adapta-se a ele, formando uma relação simbiótica com o racismo para controlar e explorar corpos. Desse modo, é impossível desvincular a opressão de gênero da exploração econômica e da discriminação racial. Com isso, o patriarcado se ajusta e intensifica quando integrado ao capitalismo e ao racismo, criando uma unidade complexa de dominação que afeta principalmente as mulheres negras.

Santos e Dias (2022) traz relatos de mulheres negras que vivenciaram situações de racismo e violência em instituições, no mercado de trabalho e no sistema de saúde. A marca de estigmas históricos como o da "mãe preta", da "mulata" e da "empregada doméstica" ainda molda as percepções sociais sobre essas mulheres. Além disso, a pesquisa aborda experiências de violência obstétrica, em que profissionais de saúde reproduzem a ideia de que mulheres negras sentem menos dor, naturalizando práticas violentas e desumanizantes. A construção do eu feminino, nesse cenário, se dá a partir da interação entre patriarcado, gênero e racismo, a partir da própria metáfora do nó.

Já Medrado e Jesus (2018) contribui com uma análise histórica sobre como, no século XIX, as mulheres eram retratadas como frágeis, mas com a exclusão deliberada das mulheres negras dessa narrativa. O discurso biomédico colaborava com essa diferenciação, sustentado pelo racismo científico. O artigo também resgata importantes expressões de resistência de mulheres negras escravizadas, como fugas, o uso de práticas religiosas e até envenenamentos como estratégias de enfrentamento e proteção. Há também o destaque para a atuação de

mulheres negras no movimento sufragista, enfrentando inclusive o racismo dentro do próprio feminismo.

Esses relatos, presentes nos dois artigos, mostram que a constituição da subjetividade da mulher negra é atravessada por um constante tensionamento entre resistência e opressão. A necessidade de provar valor num sistema que privilegia o homem branco, o racismo institucional no campo acadêmico e a escassez de pesquisas evidentes a essas questões demonstram que a luta é também por reconhecimento. Não se trata apenas de observar as condições sociais, mas de um posicionamento ético e político da Psicologia.

### **Conclusão:**

A pesquisa buscou compreender como o gênero impacta a saúde mental feminina, considerando os marcadores sociais como patriarcado, racismo e desigualdade de classe. A partir de uma perspectiva histórica, o estudo analisou como construções sociais moldam a subjetividade das mulheres e contribuem para seu adoecimento psíquico.

A análise evidenciou que o patriarcado impõe normas que restringem a vivência feminina, refletindo-se em cobranças como a maternidade compulsória, a pressão estética e o papel de cuidadora. A violência de gênero, especialmente contra mulheres negras, foi identificada como fator central de sofrimento, agravado pela resposta insuficiente dos serviços de saúde, que frequentemente medicalizam os sintomas sem enfrentar suas causas estruturais.

Também se destacou a importância da interseccionalidade, especialmente a partir da teoria do nó de Saffioti, que evidencia como gênero, raça e classe se entrelaçam nas formas de opressão. As mulheres negras enfrentam estigmas históricos e racismo institucional, inclusive no campo da saúde mental.

Em suma, o trabalho permitiu identificar que a saúde mental das mulheres é uma construção complexa, profundamente influenciada por contextos históricos e sociais, onde o gênero se intersecciona com outras esferas de opressão e resistência. Isso reforça a necessidade de um olhar crítico e interseccional na abordagem da saúde mental feminina, reconhecendo tanto as causas estruturais do sofrimento quanto às possibilidades de empoderamento e emancipação que surgem através das resistências coletivas.

### **Referências:**

ANDRADE, A. P. Epistemologia e Interconexões: (Entre) laçamentos possíveis entre gênero e saúde mental. In: ZANELLO, V. **Saúde Mental e Gênero: Diálogos, Práticas e Interdisciplinaridade**. 1. ed. Curitiba: Anrris, 2014. p. 59-77.

BARBOSA, B. L.; DIMENSTEIN, M.; LEITE, F. J. Mulheres, violência e atenção em saúde mental: questões para (re) pensar o acolhimento no cotidiano dos serviços. **Avances en Psicología Latinoamericana**, v. 32(2), p. 309-320, 2014. Disponível em: doi: dx.doi.org/10.12804/ apl32.2.2014.09. Acesso em: 22 abr. 2024.

BARRETO, L; DIMENSTEIN, M; LEITE, F. J. Atención a mujeres en situación de violencia con demandas en salud mental. **Athenea Digital. Revista de pensamiento e investigación social**, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 195–207, 2013. Disponível em: DOI: 10.5565/rev/athenead/v13n3.1155. Acesso em: 22 abr. 2024.

FRANCO, M. H. DA C. et al.. Desigualdade de Gênero e Escuta Psi de Mulheres Atendidas na Atenção Básica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003225110>. Acesso em: 22 abr. 2024.

KANTORSKI, L. P. et al. ANÁLISE DE GÊNERO DOS CONTEÚDOS DAS VOZES QUE OS OUTROS NÃO OUVEM. **Psicologia em Estudo**, v. 25, p. e49973, 2020. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.49973>. Acesso em: 22 abr. 2024.

LANGARO, F.; PRETTO, Z. Experiências de parentalidade como fatores geradores de sofrimento em mulheres. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 2, p. 130–138, 2015. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-0292/453>. Acesso em: 22 abr. 2024.

MARTINS, L. P.; JESUS, S. C. Mulheres em resistência e o mito da histeria feminina: a representação feminina ao longo da história em frente à ideologia dominante. In: IRALA, V. B.; DUARTE, M. São Paulo: Vecher, 2023. **Dilemas emergentes e transversais ao processo de ensino e aprendizagem**, [S. l.], 22 jan. 2023. Disponível em: [https://web.archive.org/web/20230125093925id\\_/https://editora.vecher.com.br/index.php/vel/catalog/download/dilemas-ensino-aprendizagem/30/499?inline=1](https://web.archive.org/web/20230125093925id_/https://editora.vecher.com.br/index.php/vel/catalog/download/dilemas-ensino-aprendizagem/30/499?inline=1). Acesso em: 21 fev. 2024.

MEDEIROS, M. P; ZANELLO, V. Relação entre a violência e a saúde mental das mulheres no Brasil: análise das políticas públicas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 384-403, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/38128/26768>. Acesso em: 22 abr. 2024.

MEDRADO, A. C. C.; JESUS, M. L. "Ainda assim me levanto1": as narrativas históricas e a construção do eu feminino. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. spe, p. 1348-1371, dez. 2018 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812018000400017&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812018000400017&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 22 abr. 2024.

MEINHARDT, Y. M.; MAIA, G. F. DA. Não é uma rede que flui - da invisibilidade às possibilidades de novos modos de cuidar: a violência contra as mulheres na saúde mental. **Barbarói**, n. 44, p. 120-136, 2015. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i0.7440>. Acesso em: 22 abr. 2024.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª edição. ed. São Paulo: Expressão Popular / Fundação Perseu Abramo, 2015. 160 p. ISBN 978-85-7743-262-2. Disponível em: [https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/10/genero\\_web.pdf](https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/10/genero_web.pdf). Acesso em: 24 mar. 2024.

SANTOS, V. C. DOS; DIAS, A. B. Os Efeitos do Racismo na Saúde Mental das Militantes Negras do MMNDS. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, p. 1-19, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003235483>. Acesso em: 22 abr. 2024.

SENADO FEDERAL. DataSenado divulga pesquisa de violência contra a mulher nos estados e no DF. **Agência Senado**, 28 fev. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/02/28/datasenado-divulga-pesquisa-de-violencia-contra-a-mulher-nos-estados-e-no-df>. Acesso em: 9 nov. 2024.

ZANCAN, N.; HABIGZANG, L. F. Regulação Emocional, Sintomas de Ansiedade e Depressão em Mulheres com Histórico de Violência Conjugal. **Psico-USF**, v. 23, n. 2, p. 253–265, 2018. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-82712018230206>. Acesso em: 22 abr. 2024.

ZANELLO, V.; FIUZA, G.; COSTA, H. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. **Fractal : Revista de Psicologia [online]**. v. 27, n. 3, pp. 238-246, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1483>. Acesso em: 22. nov. 2022.